

O DEBATE DA POLÍTICA ECONÔMICA

PFL apresenta propostas e pede maior participação a Sarney

por Edson Beú
de Brasília

De agora em diante, o PFL não quer apenas ser ouvido. Mas, também, participar da elaboração das medidas econômicas editadas pelos ministros do PMDB, afirmou, ontem, o líder do partido no Senado, Carlos Chiarelli, que, na companhia de onze dos quinze senadores pefelistas, entregou ao presidente José Sarney um documento contendo propostas para solucionar a crise brasileira.

Nesse documento, Chiarelli disse que o PFL pede que "o governo dê o exemplo", fixando seu próprio limite para pagamento de juros, "como principal tomador de capital", para forçar a queda das atuais taxas. No documento, o PFL responsabiliza o governo pela elevação dos índices praticados atualmente pelo mercado financeiro.

Por isso, só a partir dessa auto limitação, o senador entende que o governo ficará "moralmente habilitado" para impor medidas e disciplinar o mercado que passaria a operar com taxas mais compatíveis com as necessidades de investimento interno.

Na questão da dívida externa, o documento propõe que o pagamento seja limitado a um percentual (não estipulado) do Produto Interno Bruto (PIB) ou do saldo da balança comercial.

Chiarelli informou ainda que o partido defende os ganhos salariais garantidos pelo Plano Cruzado e estabelece o valor de US\$ 100 para o salário mínimo, com vigência imediata.

O PFL sugere também prioridade para o setor agrícola, como uma das condições para normalizar o abastecimento e reduzir a inflação. No mesmo documento, o partido cobra do governo o pagamento de preços mínimos com correção plena da inflação, ampliação da capacidade de armazenagem e a prática efetiva da política de esto-

Aureliano quer "parceria"

por Eimar Magalhães
de Belo Horizonte

O ministro Aureliano Chaves, presidente de honra do Partido da Frente Liberal (PFL), procurou definir ontem, com duas frases, qual deve ser o relacionamento de sua agremiação com o governo Sarney: "A Aliança Democrática deseja dar sua contribuição política para a consolidação do governo. Mas, para que isso ocorra, é preciso que exista parceria e não avassalagem", assinalou.

Depois de argumentar que os partidos de apoio ao presidente da República (PMDB e PFL) são coligados, Aureliano Chaves observou que essa relação implica corresponsabilidade, participação conjunta nas decisões tomadas pelo Executivo. Não admitiu que seu partido se sinta, no momento, à margem do governo, mas ressaltou que seus líderes estão desejosos de funcionar como co-participantes das medidas adotadas pelo presidente. "Só



Aureliano Chaves

assim", disse ele, "podemos nos solidarizar com as alterações necessárias para corrigir os rumos do País.

O ministro das Minas e Energia procurou reduzir o impacto provocado por suas declarações da última semana, quando teceu críticas à postura do governo. Em sua opinião, houve apenas uma constatação dos fatos, um procedi-

mento que deve ser encarado com naturalidade dentro da atividade política. "Tecar considerações denota autocrítica e, ao mesmo tempo, serve como um alerta. A maioria das que comentam minhas declarações não viu a entrevista que dei. Assim é difícil argumentar."

Ele insistiu que o PFL está lutando para que a realidade do País seja mostrada. Além disso, o seu partido quer preservar a Aliança Democrática que possibilitou o surgimento da Nova República, o que será uma alternativa para garantir a transição política agora marcada pela nova Constituição.

Aureliano Chaves manifestou ainda sua simpatia pelo mandato presidencial de cinco anos para o governo Sarney. "A tradição brasileira ensina que os mandatos devem ser de quatro ou cinco anos. Caberá aos constituintes definir essa questão. De minha parte, acho mais indicado um mandato presidencial de cinco anos", acrescentou.

o partido decidiu usar diretamente o presidente da República e reivindicar

SOBERANIA

Plenário pode decidir na votação do regimento

por Francisca Stella Fogó
de Brasília

Na votação do seu regimento interno, a Constituinte poderá firmar a sua soberania para em seguida mudar disposições da Constituição em vigor. Se o regimento interno previr a forma de alteração das regras constitucionais vigentes, será porque o plenário terá decidido que pode mudá-las.

O PT, o PCB, o PDT e parte do PMDB ainda divergem sobre o que deve ser mudado. Mas estão de acordo com a definição dos limites da soberania nas sessões de discussão e vo-

o direito de sair da condição de simples "ouvidor" das decisões.

tação do regimento interno.

Como presidente da mesa da Constituinte, o deputado Ulysses Guimarães tem poderes para não submeter a plenário nenhuma emenda que diga respeito à soberania, mas as normas provisórias de funcionamento da Constituinte prevêm recurso contra essa decisão. Por requerimento de vinte constituintes, qualquer destaque sobre o regimento pode ser submetido à votação do plenário. Das mil emendas apresentadas ao projeto de regimento interno mais de setenta dizem respeito à soberania.

Pedido de convocação de Funaro agita debates na Assembléia

por Zanoni Antunes
de Brasília

O encaminhamento de um requerimento de convocação do ministro da Fazenda, Dilson Funaro, assinado por onze dos treze partidos representados na Assembléia Constituinte (PMDB e PFL são contra), agitou ontem os debates políticos de Brasília e reacendeu a polêmica da soberania da Constituinte. Hoje à tarde, o deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), presidente da Constituinte, decide o destino do requerimento.

A convocação do ministro Funaro surpreendeu a liderança do PMDB. O vice-líder do partido, João Herrmann (SP), tentou justificar, em plenário, a recusa do PMDB, alegando que a convocação se trata de uma interferência do Poder Executivo na Constituinte. Vários parlamentares, de todos os partidos e inclusive do próprio PMDB, usaram da palavra para contestar a posição do vice-líder.

O deputado Ulysses Guimarães que assumiu a presidência dos trabalhos tão logo teve início a discussão do requerimento, basicamente elaborado pelo PDT e pelo PT, acompanhou atentamente as discussões em plenário. Ulysses Guimarães acabou utilizando-se de uma manobra regimental para não ter de decidir sobre a questão. Regimentalmente, as sessões constituintes são encerradas às 18 horas.

O presidente da Constituinte ignorou um pedido de prorrogação da sessão, encaminhado pelo PT e pelo PC do B, e pôs fim à sessão exatamente às 18 horas. Em seguida, os deputados Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), líder da maioria na Câmara, Luiz Henrique (SC), líder do PMDB, e João Herrmann (SP), vice-líder, reuniram-se no gabinete de Ulysses Guimarães.

A proposta de convocação encaminhada ontem à mesa da Assembléia Nacional Constituinte prevê a presença, em plenário, do ministro Dilson Funaro, no dia 25, para prestar as seguintes informações: 1) en-

caminhamento das negociações da dívida externa brasileira e as condições de pagamento do principal e serviços; 2) situação atual das reservas cambiais do Brasil, evolução nos últimos dois anos; 3) volume da dívida externa, vencimentos; 4) política do governo relacionada com o atual estágio da inflação, taxa de juros e sistema financeiro nacional; e, 5) propostas do governo da República com vistas a debelar a grave crise econômica brasileira, sem afetar emprego e salário.

O vice-líder João Herrmann disse que o seu partido foi tomado de surpresa, em plenário, com a proposta. Segundo ele, houve uma "armadilha", uma vez que o PMDB não foi consultado nem convidado a apoiar a proposta. O deputado Luiz Henrique, líder do PMDB na Câmara, disse que o partido não se opõe ao debate com ministros, mas que não admitia uma proposta com regras unilaterais.

Para o deputado Roberto Freire, líder do Partido Comunista Brasileiro (PCB), a convocação do ministro Dilson Funaro será um ato que afirmará a soberania da Constituinte.

O líder do PTB na Câmara, Gastone Righi, (SP), contrário à convocação, afirma que ela não encontra amparo regimental na emenda que convocou a Assembléia Nacional Constituinte. Gastone Righi, que está negociando com o governo o ingresso do PTB na Aliança Democrática, não conseguiu, no entanto, que um dos seus vice-líderes, o deputado Arnaldo Faria de Sá (SP), assinasse a proposta de convocação do ministro da Fazenda.

Após a reunião, no gabinete do deputado Ulysses Guimarães, o líder Luiz Henrique disse que a decisão final sobre a convocação ficará para hoje, em plenário, mas adiantou que o partido, por princípio, é favorável à mais ampla liberdade para ouvir ministros. "No momento", prosseguiu, "estamos verificando qual o foro apropriado para isso, se através do Congresso, ou da Constituinte."